



ORBIS
Boletim do
LEPEB-UFF



VOL.2 – Nº 7
SETEMBRO-DEZEMBRO/2024
ISSN: 2965-2235

ORBIS – Boletim do LEPEB-UFF

O boletim **Orbis** é uma publicação quadrienal editada pelo Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB, que integra o Núcleo de Estudos Avançados - NEA do Instituto de Estudos Estratégicos da UFF. Com sua equipe formada por pesquisadores/as e discentes do LEPEB-UFF e um conselho editorial integrado por acadêmicos/as de diferentes instituições brasileiras e estrangeiras, o boletim publica textos sobre temáticas gerais da área de Ciência Política e Relações Internacionais, com destaque para análises sobre política externa, política de defesa, segurança internacional e relações civis-militares. Os artigos publicados são produzidos pelos integrantes do LEPEB, por autores/as convidados/as e por pesquisadores/as que submeteram seus trabalhos à avaliação da equipe editorial do Orbis e do nosso corpo de pareceristas.

Equipe Editorial

Editores-executivos

- Adriano de Freixo
- Danillo Avellar Bragança

Editor-adjunto

- Danilo Sorato Oliveira Moreira

Autores/as desta edição

- Christiane Laidler
- Eduardo Freitas Gorga
- Gustavo Gordo de Freitas
- Hermano Caixeta
- Isaías Albertin de Moraes
- Katherine Nunes de Azevedo
- Luís Manuel Brás Bernardino
- Rafael R. Ioris

Conselho Editorial

- Ana Amélia Penido Oliveira, Instituto Tricontinental, Brasil/Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Brasil.
- Drielle Silva Pereira, Fundação São José - FSJ, Brasil.
- Emerson Maione de Souza, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil.
- Énio Viegas Chingotuane, Universidade Joaquim Chissano, Moçambique/Chatam House, Reino Unido.
- Flávia Rodrigues de Castro, Escola de Guerra Naval - EGN, Brasil.
- Miguel Patrice Philippe Dhenin, Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, Brasil.
- Patricia Capelini Borelli, Faculdades de Campinas - FACAMP, Brasil.
- Suhayla Khalil Viana, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP, Brasil/Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, Portugal.

Orbis – Boletim Trimestral do LEPEB-UFF

<https://periodicos.uff.br/orbis>

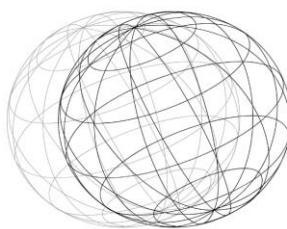
Laboratório de Estudos sobre a Política Externa Brasileira – LEPEB/UFF

www.lepeb.uff.br
lepeb.iet@id.uff.br

Instituto de Estudos Estratégicos – INEST/UFF

Alameda Barros Terra, s/n - Campus do Valongo
- Centro – Niterói – RJ - CEP. 24.020-150 -
www.hest.uff.br

Foto de Capa: Brasília (DF), 02/07/2005 - Vista noturna do Palácio do Itamaraty (sede Ministério das Relações Exteriores), em Brasília, com a escultura Meteoro, de Bruno Giorgi - Foto: Xenia Antunes/Wikimedia Commons.



SUMÁRIO

Editorial

Equipe Editorial	03
------------------------	----

O Trágico Autoritarismo das Classes Médias

Rafael R. Ioris	05
-----------------------	----

Paul Singer: um revolucionário pragmático a serviço da Economia Solidária

Isaiás Albertin de Moraes e Hermano Caixeta	08
---	----

A Cooperação Sul-Sul. O papel da Marinha Brasileira na região do Golfo da Guiné

Eduardo Freitas Gorga e Luís Manuel Brás Bernardino	11
---	----

Os retrocessos neoliberais dos anos 1990

Christiane Laidler	17
--------------------------	----

Soldados do Araguaia: a criação do Campo e a supressão da Memória

Katherine Nunes de Azevedo e Gustavo Gordo de Freitas	21
---	----

Normas para submissão de artigos

Equipe Editorial	24
------------------------	----

Editorial

Nos últimos anos - notadamente a partir do ciclo de manifestações iniciado em 2013 - e no bojo do crescimento global da extrema direita, setores expressivos das camadas médias brasileiras passaram a externar publicamente, em maior ou menor de grau, a defesa de modelos políticos de viés autoritário e o apoio a lideranças com discursos messiânicos e salvacionistas. Longe de ser algo novo, essa guinada à direita das nossas classes médias se insere em uma longa tradição antidemocrática e autoritária das nossas classes médias, que se manifesta explicitamente em momentos de crise, onde o medo da proletarização e/ou a ascensão/mobilização das classes populares se fazem presentes. É sobre essas questões que se debruça o artigo de Rafael Ioris, “O Trágico Autoritarismo das Classes Médias”, que abre esta edição do **Orbis**.

O artigo seguinte é um texto em homenagem ao economista Paul Singer, de autoria de Isaías Albertin de Moraes e Hermano Caixeta. Intelectual de primeira grandeza e um dos mais proeminentes quadros do Partido dos Trabalhadores, Singer combinou uma sólida e extensa atuação acadêmica com o exercício de cargos públicos em nível municipal e federal, destacando-se como um dos principais formuladores e defensores da Economia Solidária, articulando teoria e prática.

O artigo de Eduardo Gorga e Luís Bernardino, “A Cooperação Sul-Sul. O papel da Marinha Brasileira na região do Golfo da Guiné”, analisa a cooperação em Defesa entre o Brasil e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com foco na atuação da Marinha brasileira na região do Golfo da Guiné.

Já Christiane Laidler, em “Os retrocessos neoliberais dos anos 1990”, faz um balanço crítico das reformas neoliberais implementadas pelos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990, que levaram ao desmonte do Estado brasileiro e tiveram enormes custos sociais. Três décadas depois, apesar de todas os impactos negativos dessas reformas - que não só não levaram à retomada do desenvolvimento econômico, como aumentaram as vulnerabilidades externas do país -, o discurso dominante na grande imprensa e entre as elites empresariais é o de que o modelo neoliberal seria a grande panaceia para os problemas brasileiros, constituindo-se em um pré-requisito fundamental para “destravar” a economia nacional.

Por fim, Katherine Azevedo e Gustavo Freitas debatem as memórias construídas sobre a guerrilha do Araguaia, a partir do documentário “Soldados do Araguaia”, de

Belisário Franca, discutindo também a postura das Forças Armadas de procurar manter esses e outros episódios do período ditatorial no esquecimento, como ficou bastante explícito nas tensões entre os militares e o governo Dilma Rousseff, durante os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Desejamos uma boa leitura a todos/as!

Os editores

O Trágico Autoritarismo das Classes Médias

Rafael R. Ioris*

Refugiado desde meados dos anos 1930 nos Estados Unidos, o psicólogo social alemão Erich Fromm publicou, em 1941, o famoso livro “O Medo à Liberdade” onde analisa o substrato sociopsicológico que teria desempenhado um papel central na possibilização do crescimento do movimento Nazista. Segundo o influente estudioso, frente à atomização crescente dos seres humanos, criada pela desestruturação do ordenamento social coletivista tradicional, fruto do processo de mercantilização e massificação do consumo próprio do capitalismo monopolista, os indivíduos não mais se sentem partícipes de um todo que lhes ofereça sentido à sua existência, para além do papel de consumidor (FROMM, 1983).

Diante dessa nova realidade cambiante, tentando fugir do estado de alienação crescente, um grande número de pessoas passa a buscar no envolvimento em grupos coletivos messiânicos, especialmente os liderados por líderes carismáticos, um possível reencontro com um sentido coletivo, perdido e irrecuperável, para suas existências atomizadas. Dado seu estado de frustração e ressentimento crescente, tais indivíduos, especialmente os das classes médias, crescentemente conservadoras dada sua sensação de perda do seu lugar supostamente privilegiado no mundo, seriam cada vez mais receptivos à noção de uma submissão plena às tarefas e ideário de tais movimentos, a despeito, e talvez mesmo por causa, de seu caráter autoritário e discriminatório.

Apesar de seu caráter datado, essa reflexão me parece útil para ajudar a entender muito do que ocorre no mundo de hoje, em várias partes do globo, inclusive na *Terra Brasilis*, especialmente no que se refere ao crescimento, ao longo dos últimos anos, de movimentos neopopulistas de direita, sejam eles neofascistas, supremacistas ou não. De fundamental relevância, ressalto o valor da noção, proposta por Fromm, de que em períodos de transformações amplas e impessoais, sentidas como incontroláveis e desestruturadoras do ordenamento normal da vida, as classes médias, ou médias baixas, tendem a apoiar movimentos salvacionistas que prometem um retorno à ordem perdida, e que nesse processo, cada vez mais, esses grupos relevariam seu caráter conservador, preconceituoso, arrogante e opressor.

Essa caracterização certamente se aplica ao caso da ascensão de Trump nos Estados Unidos, assim como à onda direitista – que tem no bolsonarismo sua face mais extrema - que aflorou de modo loquaz no Brasil nos últimos tempos. De fato, se nos anos 1950 e

início dos anos 1960, frente ao processo de urbanização acelerada e mudanças socioeconômicas históricas, os movimentos de massa eram chefiados por lideranças populistas que prometiam e, em algum grau, concretizavam um maior grau de inclusão, vemos hoje que, em linhas gerais, a novidade, em termos de mobilização coletiva, tem sido provida por movimentos de viés reacionário, defensores de pautas exclusivistas (não igualitárias), quando não preconceituosas e racistas, sob fortes ecos de um passado autoritário que, em certo momento, acreditamos termos sido capazes de superar.

Quase tão trágico quanto a erosão da emergente democracia alemã criada pela jovem República de Weimar, as classes médias e médias baixas brasileiras, especialmente as historicamente mais privilegiadas do centro-sul do país, também vem revelando seu caráter autoritário e preferência pela destruição da também jovem democracia tupiniquim, uma vez que isso foi visto como necessário para impedir o que fora entendido como a erosão do seu status social relativo, frente à ascensão, também relativa, de grupos historicamente excluídos, vistos pelos primeiros como não merecedores de participar do *corpus* público, senão como cidadãos de segunda ou terceira classe. Como ocorreu com as classes médias alemãs dos anos 1930, a tragédia se agrava dada a falácia de que a ameaça aos seus privilégios viria de baixo, ou seja, por uma pequena ascensão dos trabalhadores, enquanto, de fato, as verdadeiras elites tradicionais continuam dotadas da sua posição de benefícios inacessíveis e intocáveis.

Temos de fato, visto que, frente a uma muito incipiente mas, ainda assim, tida como ameaçadora alteração no ordenamento social tradicional, especialmente no que se refere às tradicionais hierarquias de classes e raça, em uma das sociedades mais injustas e racistas do mundo, segmentos crescentes das classes médias e, trágica e ironicamente, médias baixas, passaram a adotar um discurso anti-inclusão, antidemocrático, quando não abertamente racista e protofascista, revelador do substrato autoritário fortemente ainda presente e preocupantemente crescente, da sociedade brasileira.

As manifestações concretas de tais discursos tem sido várias, desde o messianismo das igrejas neopentecostais e do salvacionismo *mano dura* de líderes como Bolsonaro até o neoliberalismo redivivo juvenil de grupos como o MBL, cujo reacionarismo moral e racismo causaria medo aos seus próprios oráculos (como Misses e Hayek). Em comum, há a defesa do retorno a uma sociedade hierarquicamente organizada (no nosso caso, de castas), onde cada um deve saber, e nunca esquecer o seu devido lugar no todo social.

Assim, ecoando os tambores do coletivismo fascista dos anos 1930, enquanto as verdadeiras elites continuam em seus tradicionais lugares de privilégio, assistimos tentativas de destruição da nossa mais recente – e ainda frágil – experiência

democrática, resultante em grande parte do autoritarismo das nossas classes médias, na, muitas vezes, sem nos darmos conta das graves consequências de tal processo. Afinal, a gênese do que viria a ser o bolsonarismo se daria *pari passu* com a atuação da Operação Lava Jato e com o processo de desestabilização do governo Dilma Rousseff, que teria como pano de fundo grandes manifestações de rua com forte presença das camadas médias, mobilizadas principalmente em torno de um genérico discurso em defesa da “moralidade pública” e “contra a corrupção”.

Referências:

FROMM, Erich. **O medo à liberdade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

*Doutor em História Latino-Americana (Emory University/EUA) e Professor do Departamento de História da University of Denver (EUA). Autor de *Qual Desenvolvimento? Os debates, sentidos e lições da era desenvolvimentista* (Paco Editorial, 2017). E-mail: rafael.ioris@du.edu.

Paul Singer: um revolucionário pragmático a serviço da Economia Solidária

Isaías Albertin de Moraes*

Hermano Caixeta**

Uma das principais críticas aos economistas e à Ciência Econômica é o distanciamento entre teoria e prática, seja por causa de suposições lógico matemáticas em modelos cada vez mais complexos e específicos, seja pelo apego a velhas e imutáveis teorias econômicas. Todavia existem aqueles profissionais “fora da curva”, pragmáticos, que enxergam a ciência como práxis, como uma ferramenta capaz de melhorar nossa realidade. Dentro desse universo de teorias, de metodologias e de conceitos, a área de Economia Solidária é com certeza uma das que mais se destaca pela robustez teórica e efetividade prática. Ela trata do conjunto de atividades sociais, econômicas, políticas, ecológicas e culturais de produção, de organização, de distribuição, de consumo, de poupança e de crédito, estruturados sob a forma de autogestão e centrada na valorização do ser humano e não somente do capital.

No Brasil, o grande nome da Economia Solidária foi Paul Singer, um dos principais economistas do campo progressista nas últimas décadas do século XX e primeiras do XXI. Nascido em Viena em 1932, Paul Israel Singer chegou ao Brasil em 1940. Sua família, de origem judaica, foi obrigada a fugir dos horrores do regime nazista. Em São Paulo, Singer encontrou acolhida no movimento juvenil judaico sionista-socialista-kibutziano Dror. Em 1951, Singer formou-se em eletrotécnica no ensino médio da Escola Técnica Getúlio Vargas de São Paulo, exercendo a profissão entre 1952 e 1956. Nesse período, filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, militando no movimento sindical. Como trabalhador metalúrgico, liderou a histórica greve dos 300 mil, que paralisou a indústria paulistana por mais de um mês, em 1953.

Posteriormente, cursou economia na Universidade de São Paulo (USP), ao mesmo tempo em que desenvolvia atividade político-partidária, no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1959, obteve o bacharelado em economia e em 1966 o doutoramento em Sociologia também pela USP. Nessa fase, Singer já estava atuando como professor, porém nunca se afastou do movimento sindical e da militância política. Em 1968, Singer conquistou sua livre-docência pela Universidade de Princeton nos EUA.

Entre 1969 e 1988, Singer, impedido de lecionar na USP pela ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985), encontrou espaço para suas pesquisas no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Em 1980, foi um dos fundadores do Partido dos

Trabalhadores (PT). Assumiu o Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Entre 1988 e 1992, foi Secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de São Paulo e, posteriormente, Secretário Nacional de Economia Solidária (Senaes) de 2003 a 2015.

Singer foi um dos maiores economistas brasileiros ao juntar a teoria com a prática em forma de ação política transformadora. Para ele a democracia praticada no interior do sistema capitalista é o caminho mais efetivo em direção do socialismo. Apesar de uma proposta completamente oposta à capitalista, a Economia Solidária apregoa que é possível que o capital e o trabalho atuem de forma cooperativa e não conflitiva. Para Economia Solidária é viável um organização social-política-econômica sem a exploração do trabalhador via mais-valia, sem alienação do trabalho, ou seja, a racionalização da sociedade e da economia em princípios morais e não somente materiais. Nessa relação de produção, o assalariado transforma-se no trabalhador ou no cooperado que tem responsabilidade total, não individual, mas coletiva pela produção.

Enquanto na empresa capitalista de Economia de Mercado é aplicada a heterogestão (administração hierárquica), nos empreendimentos de Economia Solidária aplica-se à autogestão: prática de tomada de decisão coletiva, onde todos os sócios têm o direito de decidir às estratégias, a gestão do trabalho, a direção e a coordenação das ações da empresa solidária. No modelo de produção capitalista da Economia de Mercado, as relações patronais norteiam as relações de trabalho, isto é, um dono ou mais e seus empregados em uma relação burocrática, centralizada e vertical. Já na Economia Solidária, os empreendimentos formam-se a partir das necessidades dos seus membros e com a responsabilidade de manutenção da subsistência de suas famílias, sendo o excedente comercializado. A relação entre os cooperados, trabalhadores é adhocrática, distributiva e em redes.

Na Economia Solidária, os trabalhadores unem-se em forma de associação ou cooperativa a fim de tentarem mudar suas realidades e a realidade daqueles que partilham das mesmas necessidades. Essa estrutura de propriedade é complexa à medida que as decisões devem ser tomadas de forma conjunta por todos os membros do empreendimento. Todos são responsáveis pela gestão, ou seja, implicitamente quanto mais complexa a estrutura organizacional, maior será o empenho para a construção das redes de gestão do empreendimento.

Apesar de todas as complexidades e obstáculos dessa proposta, é inegável que Paul Singer, revolucionariamente, vislumbrou o caminho para a emancipação do trabalhador e a desalienação da força de trabalho. Para Singer, os novos e positivos sentidos do

trabalho, da autogestão, da democratização do capital e do processo de organização laboral proporcionariam a superação do sistema capitalista por meio da propriedade coletiva dos meios de produção.

Atualmente, graças a esse grande intelectual e militante, professores, pesquisadores, técnicos, pequenos produtores urbanos e rurais levam adiante a ideia de que outra forma de economia é possível. Se os economistas, em geral, são classificados como distantes da sociedade e prolixos nos argumentos, esse com certeza não foi o caso de Paul Singer. À frente da Senaes coordenou quase 500 mil famílias assentadas e quase sua totalidade praticando algum tipo de cooperativismo. Em virtude de sua teoria e práxis assentamentos foram viabilizados economicamente e trabalhadores tiveram acesso a terra, saúde, educação e formação, desenvolvendo cadeias produtivas baseadas na comercialização solidária e no comércio justo.

Singer faleceu em 2018, aos 86 anos, em um país onde havia – e ainda há - uma escalada de violência e de intolerância, inclusive a imigrantes, como Singer um dia foi. Um país que está absorvendo valores como meritocracia, competição e individualismo, perdendo, assim, a capacidade de cooperação, de coletividade e de solidariedade, que um dia Singer enxergou como potencial desenvolvimentista na nossa sociedade. O trabalho e o legado de Singer, desse modo, nunca foram tão necessários. A Economia Solidária, os estudos de desenvolvimento urbano e demografia ajudam tanto os intelectuais a pensarem e a pesquisarem novas estratégias e possibilidades quanto, também, impactam diretamente àqueles mais necessitados economicamente. Por meio da Economia Solidária, Paulo, como gostava de ser chamado, encontrou fundamentação teórica e prática para compatibilizar valores solidários (empatia, cooperação, comprometimento) com um modelo de produção mais justo.

*Doutor em Ciências Sociais (UNESP) e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial (EPM/UFABC). E-mail: isaias.moraes@ufabc.edu.br

**Doutor em Economia (UFRGS) e Professor do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: hcibrahim@uesc.br

A Cooperação Sul-Sul. O papel da Marinha Brasileira na região do Golfo da Guiné

*Eduardo Freitas Gorga**
*Luís Manuel Brás Bernardino***

A partir de 2023, uma das metas do governo brasileiro foi reafirmar a sua liderança internacional no apoio ao desenvolvimento Sul-Sul, também reconhecido como Sul global.

Esta intenção inclui os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), especialmente aqueles localizados no entorno estratégico afastado brasileiro, precisamente na região do Golfo da Guiné (GoG), onde a atuação da Marinha Brasileira em operações militares com outros Estados é também um objetivo nacional (Saraiva e Reis, 2023).

Nesse contexto, o Brasil busca priorizar a cooperação com os atores africanos, nomeadamente com os países que falam português e gravitam na região do Golfo da Guiné (Milani e Ives, 2023). Desde 2013 que este auxílio sofreu variações motivadas por questões político-estratégicas que, uma década depois, trazem novamente a África para a pauta das relações exteriores brasileiras, favorecendo a cooperação internacional Sul-Sul (Saraiva e Reis, 2023).

A seguir, serão caracterizados aspectos da recente política externa brasileira para o Sul global, bem como o papel da Marinha do Brasil na região do GoG.

A recente política externa brasileira para o Sul global

A política externa brasileira suscitou expectativas (inter)nacionais positivas para a diplomacia Sul-Sul a partir da gestão iniciada em 2023 (Saraiva e Reis, 2023). Em contraste, nos quatro anos anteriores, o Brasil gerou desconfiança como parceiro no Sul global, com uma descontinuidade no andamento de projetos em execução (Saraiva e Silva, 2023).

Igualmente, no supracitado período, o Brasil regrediu em áreas importantes para o seu protagonismo no campo Sul-Sul, como na política de cooperação para o desenvolvimento dos Estados africanos (Lima, 2023). Contudo, desde 2023, visitas institucionais oficiais procuram otimizar canais de diálogo e restabelecer a cooperação brasileira com Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe (Saraiva e Silva, 2023).

Nas relações externas atuais, o Brasil entende a importância do aprofundamento do

apoio ao progresso socioeconômico no Sul global. Eventualmente, podem ser compartilhadas soluções semelhantes para problemas comuns de países em vias de desenvolvimento. Neste contexto, em 2023, o modelo de inserção internacional brasileiro foi modificado, redirecionando a preferência do multilateralismo Norte-Sul para o Sul global, em decorrência da transição de Chefe de Estado (Milani e Ives, 2023).

Em ocasiões anteriores, como de 2005, no intuito de compartilhar conhecimentos, o governo brasileiro estabeleceu um apoio ao desenvolvimento de programas de alimentação escolar em Angola, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (Almino e Lima, 2017). Vale frisar que a cooperação econômica com os Estados africanos é um dos temas da agenda internacional brasileira (Milani e Ives, 2023).

Outrossim, a esfera política provoca alterações nas relações externas do Brasil, que conta com uma história de relativa continuidade, mesmo em alternâncias de chefes do Poder Executivo (Saraiva e Reis, 2023). Recentemente, a retomada da tradição multilateral assegura parcerias estratégicas em todos os continentes, fundamentalmente com os países do Sul global (Saraiva e Silva, 2023).

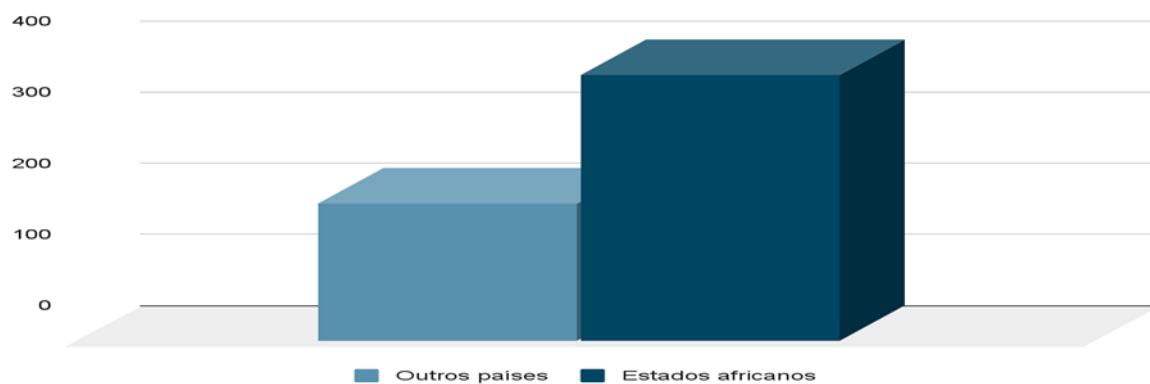
Nesse sentido, dentre variados atores dos distintos campos do poder, o Brasil conta com a sua Marinha para a diplomacia de Defesa no espaço do GoG. Esta força singular nacional apoia a formação de militares dos PALOP e participa de exercícios navais na referida região, o que a torna um relevante vetor de propagação da cooperação brasileira no Sul global.

A seguir, será abordado o papel da Marinha do Brasil na capacitação dos militares dos PALOP do GoG e a sua atuação em operações navais conjuntas na área referenciada.

A Marinha do Brasil na formação dos militares dos PALOP no Golfo da Guiné

A cooperação brasileira com a África voltou a ser relevante para a política externa, pois que a estratégia do Brasil é de procurar apoiar a autonomia e envolve uma diversificação de parcerias no espaço Sul-Sul (Lima, 2023). Como exemplo, para ser regionalmente mais efetivo, o país apoia a formação militar dos PALOP da área do GoG com especial atenção para: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (Pomeroy, 2021).

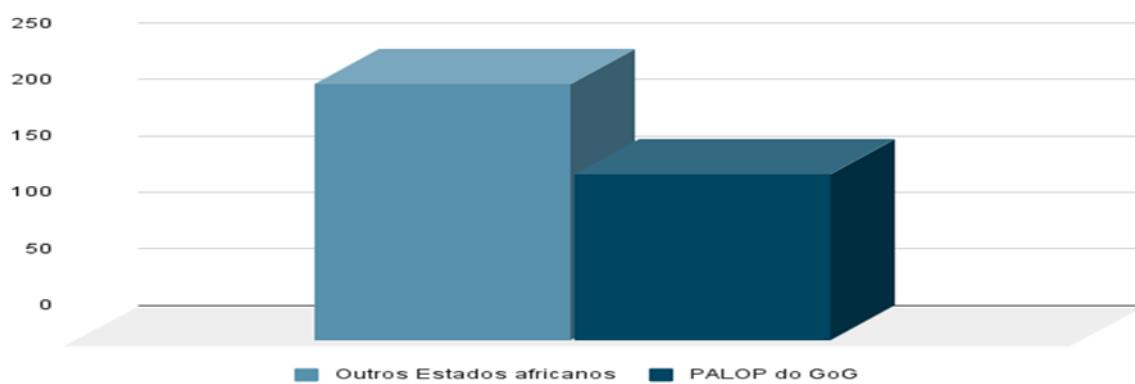
Gráfico 1 - Militares do Sul global capacitados pelas Forças Armadas brasileiras após 2013



Fonte: elaborado pelo autor com dados de Lima (2024)

Segundo o gráfico 1, verifica-se que o total de militares capacitados, na vertente da cooperação de Defesa, dos estados Africanos representa quase o dobro da soma dos militares dos demais países do Sul global. Em complemento, ao participar de atividades de cooperação militar no Atlântico Sul, a Marinha do Brasil contribui para a promoção da paz e da segurança no seu entorno estratégico afastado (Navarro, 2023).

Gráfico 2 - Militares africanos capacitados em Defesa com auxílio brasileiro a partir de 2013

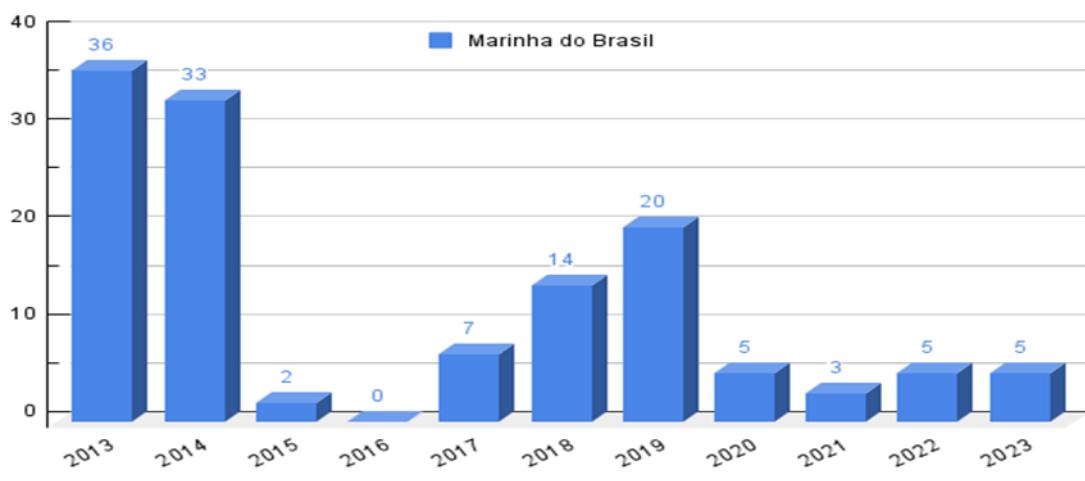


Fonte: elaborado pelo autor com dados de Lima (2024)

Ressalta-se no gráfico 2 que o somatório dos militares dos PALOP do espaço do GoG representa mais da metade do somatório dos capacitados dos demais estados Africanos. Isso, em razoável medida, decorre do apoio dos estabelecimentos de ensino da Marinha Brasileira, com efetiva colaboração da Escola de Guerra Naval, da Escola

Naval e dos Centros de Instrução Almirantes Sylvio de Camargo, Wandenkolk e Alexandrino. No gráfico 3, nota-se que a Marinha do Brasil cooperou na formação de 130 militares dos PALOP nos últimos dez anos.

Gráfico 3 - Capacitações da MB para os militares dos PALOP



Fonte: Elaborado pelo autor com dados de Brasil (2024).

A Marinha do Brasil na segurança do Golfo da Guiné

O ano de 2023, no GoG, foi marcado pela diplomacia naval, com a participação da Marinha Brasileira no Obangame Express, no Grand African Nemo e na Operação Guinex-III. O Obangame Express ocorreu sob a liderança dos EUA e teve a finalidade de executar exercícios, de distintos níveis de complexidade, para combater a pesca ilegal, a pirataria, os tráficos de pessoas e armas, bem como o narcotráfico no GoG (Carvalho, 2023).

Por outro lado, o Grand African Nemo e a Operação GUINEX-III permitiram que a Marinha Brasileira realizasse o adestramento do seu Grupamento de Mergulhadores de Combate. Nesta oportunidade, ocorreram tarefas contra a pirataria, os tráficos de pessoas, armas e drogas, bem como missões de socorro e salvamento, que contaram com a atuação de militares dos PALOP (Barbosa, 2023).

Destaca-se que o GoG está situado na designada Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Esse fórum multilateral foi estabelecido em 1986, numa Resolução das Nações Unidas, por iniciativa brasileira com apoio da Argentina. Entre os PALOP da área do GoG, em 2007, Angola sediou a reunião da ZOPACAS e em 2023, as atividades viriam a ser retomadas após dez anos, com a presença de dezesseis dos vinte e quatro países-membros presentes (Navarro, 2023).

Conclusões

O Brasil recrudesceu as suas políticas de cooperação com as nações africanas do entorno estratégico afastado, nomeadamente reforçando as relações diplomáticas que propiciaram maiores interações, em distintos setores, com países em vias de desenvolvimento. Neste contexto, a gestão nacional demonstrou interesse em renovar o reforço no multilateralismo.

Em síntese, a conduta da gestão atual é distinta do isolacionismo do governo anterior. O Brasil atuou com destaque, por diferentes projetos e auxílios variáveis nas capacitações bilaterais. Com efeito, uma tendência atual é a revitalização da cooperação no espaço Sul-Sul.

Conclui-se que as nações da costa ocidental africana, como os PALOP do espaço do GoG, são prioritárias para a Marinha do Brasil por estarem no entorno estratégico afastado do país. Por conseguinte, o Brasil adota uma estratégia internacional de autonomia, com parcerias distintas, regionalismo ativo, bem como maior protagonismo em temas geopolíticos.

Finalmente, para o Brasil a cooperação internacional em projetos, os investimentos e as pesquisas científicas integram o escopo da idealização desenvolvimentista. Em 2023, foi perceptível que as prioridades apontavam para a retomada da credibilidade brasileira na política internacional, reforçando o multilateralismo Sul-Sul.

Referências:

- ALMINO, João; LIMA, Sérgio E. M. (org.). **30 anos da ABC: visões da cooperação técnica brasileira**. Brasília: FUNAG, 2017.
- BARBOSA, Nathalia. **Marinha participa de mais um exercício de segurança marítima no Golfo da Guiné**. 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/marinha-participa-de-mais-um-exercicio-de-seguranca-maritima-no-golfo-da-guine>. Acesso em: 10 out. 2024.
- BERNARDINO, Luís M. B. **25 Anos de Cooperação na CPLP no Domínio de Defesa (1998-2023)**. Uma aposta na Atlanticidade. Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, n° 1 - 12 (140), p. 93-110, 2023.
- BRASIL. **Militares dos PALOP em escolas da MB [2013 e 2023]**. Brasília, 2024. Relatório. Eletrônico (Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação).
- CARVALHO, Luciano F. de **Navio brasileiro participa de exercício internacional em região africana**. 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/navio-brasileiro-participa-de-exercicio-internacional-em-regiao-africana>. Acesso em: 12 out. 2024.

LIMA, Maria R. S. de **A dialética da política externa de Lula 3.0**. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, (5), p. 79-95, 2023.

LIMA, Paulo R. B. **RES: Estudo científico**. Mensagem recebida por <efgorga@id.uff.br> em 16 jul. 2024.

MILANI, Carlos; IVES, Diogo. **A política externa brasileira a partir de 2023: a necessidade de uma frente ampla nacional, regional e internacional**. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, (5), p. 127-146, 2023.

NAVARRO, Tássia. **Países da ZOPACAS retomam trabalhos**. 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/paises-integrantes-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-retomam-trabalhos>. Acesso em: 18 out. 2024.

POMEROY, Melissa. (coord.). **Avaliação de Meio-Termo BRA 13/008**: consolidação da cooperação técnica sul-sul - Relatório. Brasília: ABC, 2021.

RIZZI, Kamilla; BERNARDINO, Luís; CRUZICHI, Isabella. **Reflexões sobre o futuro da cooperação em Defesa na CPLP**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DE DEFESA, 12. Os Estudos de Defesa e o Bicentenário da Independência do Brasil. Anais. Niterói, 2022. Disponível em: <https://www.enabed2022.abedef.org/anais/trabalhos/lista>. Acesso em: 19 nov 2024

SARAIVA, Miriam G.; REIS, Ana P. M. de S. **O Brasil “voltou”: as mudanças na Política Externa nos primeiros 100 dias do governo de Lula**. Conjuntura Austral, 14 (68), p. 61-72, 2023.

SARAIVA, Miriam G.; SILVA, André L. R. da **O retorno do Brasil às Relações Internacionais? Avaliando os 100 primeiros dias da política externa do novo Governo Lula**. Conjuntura Austral, 14 (68), p. 7-11, 2023.

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança – PPGEST, da Universidade Federal Fluminense. E-mail: efgorga@id.uff.br

**Coronel da Reserva do Exército Português. Professor Auxiliar no Departamento de Relações Internacionais da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL) e Investigador Associado no OBSERVARE – Observatório das Relações Exteriores da UAL. E-mail: lbernardino@autonoma.pt

Os retrocessos neoliberais dos anos 1990

Christiane Laidler*

No início dos anos 1990, a “carroça” do Collor, ou a desmoralização do símbolo da indústria nacional (que na verdade nem era nacional, mas apenas instalada aqui para abastecer o mercado interno), foi o anúncio de uma nova era. A abertura do mercado tornaria nossa indústria competitiva e seríamos felizes para sempre. O primeiro presidente eleito após a redemocratização abriu nosso mercado às importações. E foi saudado por isso pela mídia pátria que, desde então, nos promete um futuro de avanços e bem-estar que nunca se aproxima de nós. O discurso de modernização ainda é o mesmo: a livre concorrência é condição de uma economia eficiente, moderna e competitiva.

Foi também naquele governo que se lançou o programa para desestatizar nossa economia, para que ela fosse mais ágil, sem as ineficiências do Estado. E as palavras são importantes, pois o discurso é sempre instrumento poderoso para dourar as ideias pouco confiáveis. Os governos nunca usam a palavra privatizar. Não dizem que se trata de transformar bens públicos – financiados por impostos – em bens privados, apropriados por grupos econômicos poderosos, que não raro são financiados por instituições públicas. Trata-se sempre de desestatizar ou diminuir o Estado, como se o contribuinte fosse sentir a leveza do projeto no próximo carnê dos impostos, como se as empresas não gerassem lucros que seriam apropriados pelo poder público ou reinvestidos por elas. Não, a retórica do engano tem como base as falsas informações. As empresas públicas eram ineficientes e endividadas. Ninguém contava que elas assumiram o endividamento externo das privadas para evitar a debacle durante a crise da dívida. Não importa. Mas para confirmar a farsa, o Plano Nacional de Desestatização começou com a privatização da Usiminas, uma empresa lucrativa! Apenas as ações oferecidas aos trabalhadores (10%) foram compradas com moeda corrente, as restantes 90% foram arrematadas com papéis, sobretudo debêntures da Siderbrás. E assim, as empresas do setor siderúrgico nacional – que não foi construído pela nossa valorosa burguesia nacional, mas pelo Estado brasileiro – passou para as mãos privadas, no plano de desestatização que deixou o Estado menor, porém nunca menos caro ao contribuinte.

Com Itamar, o PND foi continuado, e, no final do governo, transferiu-se a Embraer para o setor privado, depois de um vultoso investimento em engenharia aeronáutica feito pelo Estado. Nossa burguesia nacional tampouco construiu este setor. Aliás, qual foi o

setor de tecnologia nacional criado pela nossa poderosa burguesia?

Com FHC, o plano de desestatização ganhou centralidade, e internacionalizou-se. Desestatização e desnacionalização caminharam juntas. Mas a marca do governo foi o Plano Real, e a estabilidade monetária alcançada depois de uma década de descontrole inflacionário. O Plano Real foi implementado ainda no governo Itamar, mas sob o comando de FHC no Ministério da Fazenda. A mídia e os formadores de opinião construíram um novo Panteão para abrigar o plano e seu mentor na história pátria, enquanto seu custo trágico foi apagado das memórias como se não existisse. Todas as crises advindas da irresponsabilidade do processo de estabilização foram atribuídas a fatores externos. Ora a Rússia, ora a Ásia, ora a Argentina, sempre havia um país culpado pelas nossas agruras pós-Real.

O Plano vendido como uma engenharia genial dos economistas da PUC que passaram a década anterior especializando-se em inflação (o tema desenvolvimento foi banido de algumas escolas) foi exatamente aquele implementado em demais países da região após a renegociação das dívidas externas. Âncora cambial, valorização da nova moeda e uma avalanche de importações para garantir a estabilidade de preços. Não por outra razão a balança comercial dos países da região com os Estados Unidos foi invertida. De superavitária passou a ser deficitária. Para financiar o rombo externo, altas taxas de juros como forma de atrair capitais. Aumento do endividamento público e permanente instabilidade. Bastava uma marolinha lá fora e os capitais corriam. O país ficava sem meios de pagamento das suas contas externas, estruturalmente deficitárias em capitais e rendas, mas até o Plano Real superavitárias no comércio. Restava o FMI.

Em 1998, no auge da crise “externa”, depois das crises russa e asiática, FHC conseguiu pagar o jantar vendendo a Telebrás. Ganhou mais uma eleição e, em seguida, acabou com a âncora cambial. A opinião pública tinha sido de tal forma doutrinada que aquela reforma que deveria ser uma exigência para qualquer governo minimamente responsável, em razão da destruição da indústria nacional, dos empregos e da aceleração da dívida pública pela imensa conta de juros, foi execrada por conta do risco de aumento da inflação. O dólar flutuou e a balança comercial ainda levaria dois anos para se recuperar da falsa competição em condições cambiais propositalmente desfavoráveis ao comércio brasileiro.

A âncora cambial deu lugar às metas de inflação. Subiam preços, as taxas de juros acompanhavam, sem importar o custo fiscal dessa loucura. E até hoje nós temos essa dinâmica que, entretanto, não se mostrou eficiente nos últimos anos. A inflação recente demorou dois anos renitente, provavelmente porque nada tinha a ver com demanda

aquecida. Mas isso não importou à autoridade monetária. As taxas de juros premiaram o rentismo e foram eficientes em transferir até 8% do PIB, direto do orçamento para os credores de títulos, enquanto a economia desidratava na maior recessão da história do país.

O resumo dessa história triste é que a estabilização da moeda no Brasil substituiu com folga a transferência líquida de capitais do período da dívida externa em transferência via dívida interna. O governo FHC promoveu déficit comercial, privatizações, aumento de impostos, desmonte do Estado, e ainda assim a dívida pública não parou de subir como resultado da política de juros para atrair capitais. O custo financeiro do Estado tornou-se irracional. Precisava de quaisquer capitais para financiar o déficit externo. Depois de recuperada a capacidade de exportação, em 2002, ainda houve instabilidades no período de mudança de governo e a dependência do socorro do FMI traduzia a vulnerabilidade da nossa economia.

Exterminada a política suicida de valorização cambial depois da crise de 1998, o problema fiscal relacionado ao custo financeiro da política de juros altos permaneceu, mesmo depois do aumento das reservas cambiais com a explosão da exportação de commodities que acompanhou a expansão chinesa. A justificativa passou a ser o controle da inflação, e o fato é que a remuneração do capital ocioso se transformou em estrutura da distribuição de recursos públicos. O endividamento explodiu com o pagamento de juros dos últimos anos e ainda que as taxas de juros caiam para os níveis civilizados, vamos precisar cada vez mais da venda de patrimônio para pagar o jantar. E não será suficiente. Teremos que diminuir serviços públicos e quadros de servidores. E ainda não será suficiente se não voltarmos a crescer.

Em retrospecto, o descontrole inflacionário dos anos 1980 foi ainda mais maléfico do que imaginávamos. Transformou uma geração de economistas em especialistas em inflação, enterrando o tema do desenvolvimento, deixou o país entregue a técnicos prontos para aceitar o receituário da âncora cambial – aplicado por toda a América Latina – que resolveu o problema do déficit dos Estados Unidos, invertendo o sinal da balança comercial, e ainda criou a ciranda dos juros altos para capitais a passeio, com o que nos tornamos o cassino do mundo.

Hoje, três décadas depois, mesmo com o Brasil ainda sentindo os impactos dos ajustes dos anos Temer/Bolsonaro e com uma economia desindustrializada, importadora de bens tecnológicos e responsável por alta remuneração de capitais financeiros, os comentaristas econômicos e analistas da mídia empresarial elogiam – uns de forma mais envergonhada, outros mais entusiasticamente – o modelo da Argentina de Milei e

defendem cortar mais e mais direitos e liquidar o restante do patrimônio público. É o caminho da mais severa exclusão social, mesmo para os nossos padrões. Precisamos revisitá-los os anos 1990, desmistificar as ilusões e voltar a discutir o desenvolvimento do país.

*Doutora em Ciência Política (IUPERJ) e Professora de História Contemporânea da FFP/UERJ. E-mail: c.vieira.laidler@gmail.com.

Soldados do Araguaia: a criação do Campo e a supressão da Memória

Katherine Nunes de Azevedo*
Gustavo Gordo de Freitas**

Em março de 2018, estreou nacionalmente no circuito comercial o documentário “Soldados do Araguaia” [1] que traz o relato de oito homens dentre os sessenta que foram recrutados na região no Sul do Pará pelo exército brasileiro para atuarem como soldados na luta contra os “traidores da pátria” que queriam instaurar o comunismo no Brasil.

Sob a direção de Belisário Franca, o longa-metragem faz parte de um projeto maior intitulado “Trilogia do Silenciamento” e, logo de início, deixa claro o seu principal objetivo: dar visibilidade aos relatos de soldados do Exército Brasileiro que sofreram uma série de violências físicas e simbólicas durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1975) e foram relegados ao esquecimento após o fim do conflito. No entanto, esses “soldados esquecidos”, progressivamente, voltaram a ter visibilidade, a partir da primeira década do século XXI, como decorrência das políticas empreendidas pelo governo brasileiro em torno das violações de direitos cometidas ao longo da ditadura civil-militar (1964-1985). [2]

A partir dos relatos expostos no documentário, é possível compreender que havia uma ordem do Estado Brasileiro para que houvesse o extermínio da quaisquer movimentos políticos que se manifestassem contrários ao regime e foi nesse sentido que o Estado enviou seu efetivo à região “dominada” pelos guerrilheiros. Quando da chegada das Forças Armadas à região, ocorreu o recrutamento de habitantes locais para o corpo militar e a partir disso, estes recrutas foram treinados [3] para que estivessem preparados para eventuais situações extremas no front. Quando a guerrilha foi extinta, esses soldados foram dispensados e as provas de sua vinculação com as Forças Armadas lhes foram negadas. Além disto, a própria ocorrência da operação nunca foi admitida pelos militares. [4]

Podemos compreender esse evento a partir da perspectiva proposta por Giorgio Agamben em torno da ideia de campo como espaço criado pelo Estado e onde há uma ordem específica para o funcionamento de um grupo ali inserido. Para o filósofo italiano, antes da criação do Estado, os homens viviam uma “vida nua” e que este ente surge com uma solução para a nudez da insegurança quanto à manutenção da vida. Ocorre que o Estado acaba tornando o indivíduo tão nu quanto antes, na medida em que agora este

ente estatal tornar-se-á o principal agressor dessa vida.

O campo no qual estes soldados estão inseridos é visualizado, na realidade, no momento de retirada das Forças Armadas da região. Embora dentro daquele espaço, tivesse uma ordem de recrutamento e treinamento advinda do Estado, quando as vidas ali envolvidas não foram mais necessárias, os direitos decorrentes de seu serviço são transmutados em “coisa inexistente”. Em outras palavras, o Estado criou um espaço (um campo) onde direitos foram criados numa ordem muito similar à ordem externa, mas que no momento de seu “fechamento”, esses direitos se esvaíram como se jamais houvessem existido, assim como o próprio campo.

Na verdade, o fundamento deste campo está na não garantia das continuidades jurídicas e, nesse sentido, não pode ser entendido como parte da ordem do Estado. Assim, os direitos civis – considerando-se documentos oficiais e o direito à memória – são levados ao âmbito de inexistência. Um dos indícios que comprovam esta hipótese é que se não fosse um campo, como descrito, os recrutas arregimentados na região teriam, ao menos, uma mínima possibilidade de requisitar seus direitos.

O testemunho desses indivíduos, portanto, evidencia as marcas de um trauma, reafirmado cotidianamente pela imposição do silêncio após o fim do conflito. Essas “memórias subterrâneas”, na definição de Michael Pollak, só puderam manifestar-se a partir das novas brechas abertas quase quatro décadas após o fim da ditadura e, com isto, acabam por entrar em disputa com outras memórias, especialmente as do comando militar. Em decorrência do seu caráter marginal, esse tipo de memória só sobreviveu através da oralidade, via registro e transmissão, tornando assim esse tipo de produção filmica crucial para dar voz e visibilidade a grupos considerados subalternos na formulação de uma memória nacional.

[1] O documentário foi exibido inicialmente na 41ª Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, que aconteceu entre 19 de outubro e 01 de novembro de 2017.

[2] A partir da década de 1980, iniciou-se uma mobilização dos familiares dos guerrilheiros em busca de informações sobre os desaparecidos. Em 1995, a lei 9.140 reconhece como mortas as pessoas desaparecidas no período de setembro de 1961 a agosto de 1979, bem como estabelece a criação de uma Comissão Especial que tratasse, especificamente, desse tema. Em 2008, a Corte Interamericana

de Direitos Humanos recepcionou o caso da Guerrilha do Araguaia. A partir da sentença da Corte em 2010, internamente, o governo brasileiro criou em 2011, pela Lei 12.528, a Comissão Nacional da Verdade que funcionou até 2014.

[3] Segundo os relatos expostos no filme, teriam sido na verdade torturados para fins de “treinamento”.

[4] A busca por tais registros teria sido negada e os relatos dos recrutas dados como inverídicos, visto que, segundo o exército, “jamais ocorreria tal operação”.

*Graduada em História (UFRJ) e Relações Internacionais (UFF) e Mestra em História das Ciências (FIOCRUZ). E-mail: katheufrj@gmail.com

**Mestre e Doutorando em Ciência Política (UFPel). E-mail: gustavogordof@gmail.com

Normas para submissão de artigos

01- Os originais do artigo devem estar em um arquivo em formato Word ou LibreOffice (doc, docx ou odt) e devem ser submetidos na página do Orbis no Portal de Periódicos da UFF: <https://periodicos.uff.br/orbis>

02- Em um arquivo separado, deverá ser enviado um resumo em português de, no máximo, 150 palavras, com a indicação de 04 palavras-chave;

03- O artigo deverá ter, no mínimo, três e, no máximo, cinco laudas e deve ser escrito em fonte Arial 12, com espaçamento 1,5 e a seguinte padronização de margens: esquerda e superior de 3 cm; direita e inferior de 2,0 cm;

04- O texto, com exceção do título alinhado à esquerda, deverá ser todo justificado.

05- As citações de até 3 linhas deverão vir entre aspas no corpo do texto. As citações longas, com mais de 3 linhas, devem ser escritas em tamanho 11, sem aspas, com recuo à esquerda de 4 cm, espaçamento entre linhas simples. As citações devem seguir o modelo AUTOR-DATA-PÁGINA: (LACERDA, 2019, p. 127). Pelas características do boletim, recomenda-se evitar um número excessivo de citações.

06- Não são permitidas notas de rodapé ou de fim. As referências bibliográficas deverão constar ao final do texto e seguir o seguinte padrão:

Livros:

DÁVILA, Jerry. **Hotel Trópico**: o Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Capítulos de Livro:

MESSENBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (Org.). **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 175-213.

Artigos em Periódicos:

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 54, n.1, p. 67-86, 2011.

Artigos na imprensa (Jornais e Revistas)

O ESPORTE e o exército. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 11 jan. 1945.

PINHEIRO, Daniela. A Xangrilá dos descontentes. **Piauí**, Rio de Janeiro/São Paulo, n. 104, p. 16-24, mai. 2015.